

ESTADO E REGIME NO PÓS-64: AUTORITARISMO BUROCRÁTICO OU DITADURA MILITAR?¹

João Roberto Martins Filho
Universidade Federal de São Carlos

RESUMO

Este trabalho discute as principais hipóteses sobre o caráter e a dinâmica do regime brasileiro do pós-64. Seu alvo central são as teses de Guillermo O'Donnell sobre o "autoritarismo burocrático" e de Alfred Stepan sobre o papel dos militares após o golpe de 1964. Para o autor, o substrato comum a essas análises são os conceitos: regime burocrático/burocratização do Estado/papel das elites burocráticas. Criticando essa visão, o artigo propõe as noções de ditadura militar/militarização do Estado/papel das Forças Armadas. Só assim seria possível avançar no entendimento da dinâmica político-militar da ditadura brasileira de 1964-1985.

PALAVRAS-CHAVE: ditadura militar, forças armadas, autoritarismo, regime pós-64.

Antes mesmo que uma década completa nos distancie do final do regime militar, o longo período ditatorial do pós-64 está hoje praticamente esquecido pelas Ciências Sociais no Brasil. Não por acaso, no trigésimo aniversário do golpe de 1964, foram mais numerosas as edições especiais na imprensa que os livros de análise sobre aquela fase. De resto, isso apenas nos lembra a forma como os grandes jornais competem hoje com a universidade no Brasil, procurando consolidar-se como aparelhos produtores de "alta cultura", seja promovendo seus próprios seminários e apresentando sua versão dos acontecimentos, seja boicotando a divulgação de eventos promovidos na Universidade, principalmente quando esses adquirem uma antiquada coloração "de esquerda".

Entrementes, não apenas se está renunciando a investigar uma fase onde ainda há grandes lacunas factuais a serem

preenchidas e mitos renitentes a serem enfrentados, como se desiste de examinar com mais atenção as grandes hipóteses então dominantes sobre as ditaduras militares da América Latina nos anos 60.

A última dessas tarefas será o objetivo deste artigo, que visa rever a produção sobre o regime militar brasileiro questionando fundamentalmente as teses que procuraram defini-lo em termos de seus aspectos burocrático-autoritários. Opondo-me a elas, proponho uma abordagem alternativa do caráter e da dinâmica do regime castrense do pós-64. Nessa leitura, o par conceitual regimes autoritários-burocráticos/burocratização do Estado seria substituído pelo par regimes ditatoriais-militares/militarização do Estado.

I. AS PERSPECTIVAS DA CIÊNCIA POLÍTICA

É conhecida a contraposição proposta pelo mais famoso dos cientistas políticos norte-americanos, entre sociedades “cívicas” e “pretorianas” (HUNTINGTON, 1968). Nestas últimas, arranjos “que sofrem uma mudança social e econômica rápida e destrutiva”, a crescente mobilização das massas chocar-se-ia com a insuficiente institucionalização política, abrindo um *political gap* que tenderia a levá-las à “decadência política”. O Brasil dos anos 60 destacava-se entre os maiores exemplos desses “sistemas políticos pretorianos”. Por sua incapacidade de conciliar alta mobilização com fortes instituições, tais nações caracterizavam-se por crises políticas *endêmicas*. A fragilidade e a transitoriedade de todas as formas de autoridade seriam sua marca registrada; o golpe militar, a expressão acabada das técnicas de ação direta, “apenas uma manifestação específica de um fenômeno mais amplo nas sociedades subdesenvolvidas: a politização geral das forças e das instituições sociais” (HUNTINGTON, 1968: 81 e 194).

Como perceberam alguns analistas, tal enfoque tinha fundas raízes na ênfase metodológica que essa escola fazia explicitamente recair no *grau* e não nas formas ou no caráter do poder. Naquilo que nos interessa aqui, essa corrente de análise dispensava a distinção entre as diferentes formas de regime como ponto de partida para entender diferentes processos de crise política. Preocupação diversa apresentavam os autores que se empenharam em construir uma “teoria do autoritarismo”, partindo da idéia de que uma plêiade de sociedades contemporâneas estaria a exigir a definição de um tipo intermediário de regime, com vida e características próprias, distinto da democracia e do totalitarismo (LINZ, 1970). No entanto, embora avançasse na caracterização dos regimes ditatoriais, esse esforço de análise manifestava uma clara aversão a qualquer forma de “determinismo” estrutural na análise das crises políticas.

Nesse sentido, coube a uma variante das abordagens corporativistas trazer ao debate

sobre os regimes autoritários um tema pouco comum na produção americana: o da relevância dos fatores histórico-estruturais para a diferenciação das formas de dominação política. Como se sabe, esses teóricos dispuseram-se a construir uma elaborada tipologia dos arranjos modernos de “representação de interesses”, que não se esgotariam no paradigma clássico pluralista (SCHMITTER, 1974). Compartilhando uma similaridade estrutural básica, o conjunto dos arranjos contemporâneos do sistema corporativista de representação de interesses abrigaria subtipos que constituem produto de “processos políticos, sociais e econômicos” muito diferentes. É precisamente ao procurar definir os contrastes entre os subtipos “societal” e “estatal” do corporativismo que autores como Philippe Schmitter (1974:105) retomam o tema dos fatores histórico-estruturais.

Esse deslocamento no campo da análise, da ação para as estruturas, apareceria com maior nitidez nos trabalhos do cientista político argentino Guillermo O’Donnell. A trajetória de O’Donnell pode ser vista como caso exemplar da tendência a conciliar os conceitos da Ciência Política norte-americana com a teoria marxista do Estado.² É possível localizar em sua obra um nítido corte entre uma análise focada na “explicação genética de certas características fundamentais dos sistemas políticos contemporâneos da América do Sul” e a posterior tentativa de definir o autoritarismo burocrático - noção à qual voltarei adiante - como “um tipo de Estado capitalista (que) deve (...) ser entendido, à luz dos atributos distintivos dos Estados capitalistas em geral” (O’DONNELL, 1973: 53 e 1988:02).

Essas diferentes abordagens teriam efeitos diversos para a análise dos processos de crise política nas ditaduras militares de novo tipo na América Latina. Mais uma vez, proponho partir da teoria das sociedades pretorianas. Suas teses sobre as crises políticas endêmicas e o militarismo endêmico nas sociedades em modernização parecem dispensar o entendimento da especificidade

das estruturas de poder implantadas a partir dos anos 60 em vários países da América Latina. Vale dizer, a obsessão dos autores dessa corrente com a viabilidade dos militares se constituírem em *institution-builders* parece ter soterrado o tema das efetivas transformações no aparelho de Estado efetuadas após os golpes militares como o do Brasil no pós-64. Em outros termos, ao concentrar suas atenções na planície das instituições políticas que *não* nasceram, esses estudiosos desviaram as vistas do edifício ditatorial que se erigia às suas costas. Instáveis ou não, os regimes do tipo do brasileiro criaram estruturas de poder efetivas. É justamente para elas que, a meu ver, é preciso voltar a atenção.

II. CRISE POLÍTICA E FORMAS DE ESTADO

Talvez seja possível definir a marca registrada deste artigo numa só afirmativa: o estudo concreto dos processos de crise não pode prescindir da análise das formas estruturais de poder político. No campo da teoria marxista do Estado, isso significa retomar a preocupação clássica com as variantes do poder burguês as diferentes “formas de governo” -, expressa, por exemplo, nos escritos de Marx, Trotski e Gramsci sobre o bonapartismo, o fascismo e o cesarismo. Em outras ocasiões, o tema reapareceria no debate marxista na análise das formas “típicas” e “atípicas”, “completas” ou “incompletas” de domínio burguês (GUIMARÃES, 1988).

A partir de uma leitura particular da obra de Poulantzas (1977, 1978, 1978a), tento apresentar uma proposta de análise dos processos críticos das ditaduras militares. Aqui, interessa basicamente tomar as reflexões sobre as formas de Estado de exceção e as formas de regime de exceção. Nesse sentido, Poulantzas se empenhou em demonstrar que as variantes da “forma de Estado de exceção” são resultado de crises políticas específicas. Em seus próprios termos, assim, bonapartismo, fascismo e

ditadura militar podem ser definidos como *formas de Estado de crise*. Os processos de crise que nos interessam, ocorridos depois da implantação das ditaduras militares, voltam nossa atenção para o conceito de “formas de regime de exceção”, vale dizer as *formas de regime de crise*.

De início, um aspecto essencial a reter: as “formas de Estado de exceção” correspondem a uma ruptura no aparelho de Estado - uma crucial reorganização do conjunto dos aparelhos de Estado. O estudioso do processo político brasileiro no pós-64 certamente reconhecerá a pertinência da caracterização de Poulantzas sobre os traços gerais dessas modificações. Para os fins deste trabalho, basta enumerar os seguintes: o controle tendencial do conjunto dos aparelhos, estatais ou não, por um único aparelho; a intervenção particular da subideologia desse aparelho dominante como forma de legitimação da repressão e de submeter os outros aparelhos; o deslocamento da dominância no seio do Estado para um único aparelho e a dominância, dentro deste, de um aspecto antes secundário - o ideológico; importantes modificações do sistema jurídico: o direito público deixa de exercer seu papel regulador e de estabelecimento de limites; modificação do princípio do sufrágio, com a crise da representação partidária e a suspensão do princípio eleitoral; maior índice de burocratização; paralelismo de redes de correias de poder, o que representa o fim das esferas estritas de competência, com o deslocamento das contradições para o próprio seio dos aparelhos de Estado (POULANTZAS, 1978a: 335-353).

Nessa síntese, o estudioso de Poulantzas com certeza percebeu uma leitura particular: falta aí o conceito de aparelhos ideológicos de Estado. Sem aprofundar este ponto, basta dizer que evito considerar o conjunto dos partidos políticos, a escola e a Igreja como aparelhos estatais e me centro nas observações de Poulantzas sobre as modificações nos aparelhos e ramos do Estado.³ Essa leitura vale também quando

passamos à problemática mais próxima das preocupações desta análise - a das formas de regime "de exceção". Assim, embora em *Fascismo e Ditadura*, o critério para a distinção entre os regimes fascista, bonapartista ou ditatorial-militar concentre-se na relação entre aparelho repressivo e aparelhos ideológicos - "a dominância de um ou dos outros especifica formas de regimes do Estado de exceção" - procurarei reter somente a noção de que a dominância, respectivamente, do partido fascista, da administração civil ou do Exército, *enquanto ramos do Estado*, bem como o novo modo de funcionamento e de relacionamento entre esses ramos e de relação entre estes e os aparelhos não estatais é o que distingue as formas acima.

O aprofundamento do problema da especificidade das formas de regime exige, contudo, um retorno a algumas observações de Poulantzas parecia sugerir uma perspectiva diversa. As "formas de Estado - propunha - só podem ser estudadas concretamente na sua conjunção com as formas de regime, que dizem respeito à *cena política* e à periodização propriamente política". Em minha perspectiva, abre-se aí um caminho mais fértil para o estudo das formas de regime - que podem se constituir em espaços de análise específicos e comportar periodizações particulares. Ainda uma vez, porém, proponho retomar as proposições de Poulantzas a partir de uma leitura pessoal. Com efeito, especialmente no caso das formas de regime "de exceção" parece-me equivocado definir a cena política numa perspectiva basicamente tomada à análise institucional de Maurice Duverger, como faz Poulantzas em *PPCS* (314-315): "A cena política diz respeito às modalidades concretas da representação política partidária relativamente à ação aberta ou declarada das forças sociais. A combinação das formas de Estado e da configuração da cena política nos apresenta os regimes políticos". Em vez disso, creio ser possível combinar a riqueza da análise estrutural com a incorporação do campo das práticas políticas sugerida em

PPCS, se substituirmos a cena política pela *dinâmica política*, retificação que eliminaria qualquer vínculo necessário entre vida política e "representação política partidária". Mais especificamente, proponho ser possível avançar na caracterização da forma ditatorial militar de regime através da análise da dinâmica de suas *crises políticas*. Essa perspectiva deve ficar mais clara, no balanço que procurarei fazer, a seguir, das análises dominantes sobre o caráter dos regimes oriundos de golpes militares na América Latina dos anos 60 e 70.

Para aprofundar a questão, cumpre brevemente retomar o debate que se travou nos anos 60 e 70 sobre a variante da forma autocrática de Estado que melhor caracterizaria os regimes originários dos golpes militares na América Latina. Para ficar apenas no caso do Brasil, durante algum tempo ganhou força a definição da ditadura militar como *fascista* (JAGUARIBE, 1968). A fim de refutar essa perspectiva, bastaria retomar as características distintivas do fascismo apontadas por Poulantzas, ou recorrer à literatura latino-americana que criticou esse viés.⁴ Mas o problema parece mais complicado quando se trata do bonapartismo. Ainda que pudéssemos lembrar a especificidade da crise política que conduz a essa forma de Estado, a análise marxista que procurou entender o regime do pós-64 nos quadros mais amplos do bonapartismo toca num ponto crucial para nossa abordagem da dinâmica política da ditadura (ANTUNES, 1988: 112-26). Refiro-me ao tema da burocratização do Estado e da autonomização da burocracia como traços fundamentais dos regimes do tipo do brasileiro no pós-64. Com efeito, o mais ligeiro exame da literatura sobre o "autoritarismo militar" revela como uma das perspectivas hegemônicas aquela que salienta fundamentalmente os elementos *burocráticos* na caracterização desses regimes.

III. CRÍTICA DO AUTORITARISMO BUROCRÁTICO

Pelo menos na discussão acadêmica, os trabalhos do argentino Guillermo O'Donnell cedo se constituíram num ponto de referência para os estudos sobre os regimes militares de novo tipo da América Latina. Em sua primeira versão, nos textos publicados originalmente em 1972, tratava-se de construir uma explicação desses "sistemas políticos" nos termos da análise de David Apter sobre os processos de modernização e de Samuel Huntington sobre o *political gap* das sociedades pretorianas (O'DONNELL, 1973 e 1986a). Depois, como já vimos, aquele autor deslocou suas perspectivas, primeiro para uma tentativa de incorporá-las numa variante marxista do corporativismo (O'DONNELL, 1974) e depois para uma visão histórico-estrutural do Estado capitalista. Aqui, pretendo examinar a obra desse autor a partir de uma questão central: por que caracterizar os regimes castrenses argentino e brasileiro como burocráticos e não militares?; por que a ênfase nos processos de burocratização e não nos de militarização?

Nesse sentido, o mais breve exame dos escritos do cientista político argentino basta para revelar que os cortes em sua perspectiva geral convivem com fortes elementos de permanência. A linha mestra dessa continuidade analítica é, a meu ver, a idéia de *burocratização*. Não por acaso, a pedra de toque de seu primeiro estudo importante, onde ele se propunha a oferecer uma explicação genética dos sistemas políticos de países como Argentina e Brasil, era a hipótese da "penetração dos papéis tecnocráticos" nas sociedades de alta modernização. É nesse contexto que ele apresenta o conceito de autoritarismo burocrático, a partir de um duplo empréstimo das noções de "regime autoritário" de Juan Linz e de "sistema burocrático" de David Apter. Em suas próprias palavras,

esse termo estranho (é usado) porque facilita o emprego do termo "autoritário" como um *genus* que inclui outros tipos de sistemas políticos não-democráticos sul-americanos associados com níveis

baixos de modernização. O termo 'burocrático' sugere os traços cruciais específicos dos sistemas autoritários de alta modernização: o crescimento do poder organizacional de muitos setores sociais, as tentativas governamentais de controle pelo "encapsulamento", os padrões de carreira e as bases de poder da maioria dos portadores de papéis tecnocráticos, e o papel-chave desempenhado pelas grandes burocracias (públicas e privadas) (O'DONNELL, 1973: 95).⁵

Em minha perspectiva, as mudanças que O'Donnell operou posteriormente em seus trabalhos não mudariam esse núcleo duro de sua análise.

Resumida, assim, a mais consistente tentativa de definir os regimes em questão como "burocráticos", cabe perguntar: essa caracterização dá conta do caráter e da dinâmica das ditaduras do tipo da Argentina e da brasileira nos anos 60? A resposta, que procurarei desenvolver a seguir, pode ser abreviada em uma frase: a abordagem "burocrática" perde o elemento chave para a compreensão desses arranjos de poder, vale dizer, seu caráter *ditatorial-militar*. Em outras palavras, o caráter militar dessas ditaduras corre o risco de desaparecer quando se as define por seus aspectos de racionalização burocrática. Dessa forma, bloqueia-se o entendimento não só de seu caráter como de sua dinâmica política.

O desenvolvimento dessa crítica exige retomar a análise de Poulantzas. Aí, aparece com nitidez a distinção entre "burocracia" e "burocratismo". A primeira diria respeito à categoria social encarregada da administração do Estado; o segundo, a "um sistema específico de organização e de funcionamento interno do aparelho de Estado" (POULANTZAS, 1977: 328). Nesses termos, ao se referir à burocratização que caracteriza o aprofundamento da modernização em países como a Argentina e o Brasil, O'Donnell daria conta de um processo real, cuja intensificação é visível naquelas nações depois dos golpes militares: trata-se do "burocratismo" enquanto traço constitutivo do capitalismo (Weber) ou do

aparelho de Estado capitalista (Marx). Em termos poulantzianos, o burocratismo faz parte da estrutura jurídico-política do Estado burguês (SAES, 1982). De tal modo, entender os arranjos políticos em tela como “burocráticos” não contribui para a compreensão da forma específica de Estado que caracteriza as situações argentina e brasileira. A forma de Estado que aí se consolida não encontra sua especificidade no avanço da burocratização, característica geral das sociedades capitalistas, mas no avanço da militarização do Estado, vale dizer, no lugar especial que as Forças Armadas iriam ocupar nas novas estruturas de poder.

No entanto, a hipótese autoritária-burocrática não parece esgotar-se nesse aspecto. Ela se funda também na idéia de que aqueles regimes se definem pelo papel da burocracia, enquanto categoria social, na forma de representação política. Aqui, a explicação burocrática comporta numerosas variantes - o que, de resto, atesta a extensão da hospitalidade de que gozou nos estudos sobre as ditaduras em tela. Todas essas variações defendem um ponto comum: também no que tange à representação política, o caráter burocrático daqueles regimes subordinaria os seus aspectos militares.

Para aprofundar a crítica a essa visão, proponho examinar com mais detalhe a obra de um autor que, sem fugir à abordagem “burocrática”, considerou elementos que, a meu ver, abrem espaço para uma abordagem alternativa dos regimes que aqui nos interessam. Refiro-me a Fernando Henrique Cardoso e às suas proposições sobre o “modelo político brasileiro” (1979). Aí, ele propunha a análise do regime do pós-64 com ênfase em seu “aspecto híbrido” ou “dualidade contraditória”, referindo-se à autonomia especial que a política econômica mantinha em relação aos aspectos propriamente políticos. Segundo Cardoso, na América Latina, independente da forma de Estado preponderante, países com nível semelhante de industrialização apresentaram notável semelhança no conteúdo de suas

políticas econômicas. Vale dizer, nos regimes “burocráticos-autoritários”, a dinâmica da economia guardava notável autonomia dos aspectos propriamente políticos. “Sob este aspecto, a militarização do poder jogou um papel menor do que se imaginava”, conclui Cardoso, enquanto reafirma: os militares “mandam, sim; controlam o Estado; mas não definem neste mandar e neste controlar as políticas centrais do governo” (1984: 48).⁶ Esse parece ser o fundamento da caracterização burocrática em Cardoso, seguindo de perto as análises de O’Donnell. É esse também o quadro em que ele introduz seu conhecido conceito dos “anéis burocráticos”, que cortariam horizontalmente as duas estruturas burocráticas presentes na cena política brasileira: a grande empresa privada e a burocracia pública (1975a).

Até aqui, o raciocínio de Cardoso cabe nas fronteiras do paradigma “burocrático” de análise dos regimes militares. Não obstante, em suas próprias análises, é possível encontrar elementos que apontam para a centralidade do aspecto militar desses arranjos. Assim, ao criticar o viés elitista de autores como Cândido Mendes, que tomariam demasiado a sério os projetos e a ideologia dos atores políticos, Cardoso propõe “recuperar o nervo da política, isto é o conflito”, vale dizer, atentar para “as oposições entre grupos dentro do sistema de poder e entre estes e os que estão fora dele”. A tarefa do analista seria a de “identificar as forças políticas existentes, delimitar o marco em que operam e avaliar o resultado de sua ação”. Mais ainda, seria preciso reconhecer que os ziguezagues da política “dão margem à formação de estruturas de poder que, se não foram previstas nem desejadas pelos atores políticos, alguma relação devem guardar com as forças políticas existentes” (1979: 72-74).

Tais observações me parecem fundamentais para a análise dos regimes militares do tipo do brasileiro e de sua dinâmica política. Começamos pela questão das estruturas de poder. A meu ver, o próprio Fernando Henrique não considerou adequa-

damente as características centrais da transformação dos arranjos políticos no Brasil do pós-golpe. No período posterior a 1964, o novo formato da representação política que resulta da crise de hegemonia burguesa nessa formação social, parecia apontar menos para um processo de burocratização que para a *militarização* do aparelho de Estado.

Vale dizer, o papel que passam a desempenhar as Forças Armadas como “partido político da burguesia”, com o afastamento dos representantes propriamente políticos, expressa-se no plano institucional no surgimento e consolidação de sedes de poder castrenses - a presidência e seus órgãos de assessoria militar, os ministérios das três armas, os comandos dos exércitos, os estados-maiores das Forças Armadas e, depois de 1967, o Alto Comando das Forças Armadas - que, no aspecto político, marcam-se por uma acentuada “desigualdade estrutural” em relação aos outros ramos e aparelhos do Estado. Nesse sentido, a preponderância da burocracia militar no conjunto da burocracia obriga o analista a enfatizar sobretudo as características específicas desse setor enquanto ramo dominante do aparelho repressivo, nos quadros de uma forma de Estado ditatorial. O conceito mais pertinente para entender esses regimes seria o de ditadura militar e não o de autocracia burocrática. De resto, o próprio Fernando Henrique Cardoso não parece apontar para outro processo, quando responde à pergunta “Que Regime é este?” lançando mão das evidências deixadas pela eleição do general Médici. Em suas palavras, naquela ocasião, a

decisão fundamental (...) teve as seguintes características: a) foi tomada pelo estrato superior da burocracia militar (os generais de quatro estrelas); b) obedeceu a critérios burocráticos de hierarquia e representação corporativa; c) impediu o risco maior para o Exército como burocracia dominante: sua desagregação pela proliferação de tendências e facções; d) implicou, portanto, numa conciliação entre correntes de dentro do Exército (1979: 78).

Neste ponto, a crítica das hipóteses dominantes torna imprescindível aprofundar o tema de suas consequências para a análise da dinâmica das crises políticas dos regimes ditatoriais. Para tanto, proponho centrar a atenção na forma como esse tema apareceu na análises sobre a ditadura militar brasileira do pós-64.

IV. ELITISMO BUROCRÁTICO E DINÂMICA POLÍTICA

Em minha hipótese, assim, o exame da dinâmica das crises políticas constitui recurso privilegiado para salientar certos traços até hoje pouco explorados da ditadura militar brasileira e dos regimes castrenses de novo tipo. A hipótese central aqui é que a subestimação de seu caráter fundamentalmente militar configura bloqueios particulares à compreensão dos processos políticos no regime ditatorial. É esse o contexto em que retomarei a crítica ao paradigma elitista burocrático.

Em seu primeiro livro, O'Donnell se propunha a abordar a evolução dos regimes autoritários burocráticos centrando a atenção no “jogo político” dos atores sociais internos, vale dizer, nos valores e nas ações das “elites tecnocráticas” (1973: 106-109).⁷ Sua análise sobre a viabilidade da manutenção da coalizão golpista fundava-se, assim, nos critérios pelos quais os “encarregados de papéis tecnocráticos” avaliavam a *performance* governamental. Na hipótese daquele autor, o “sucesso” ou “fracasso” do governo em reprimir a resistência dos setores sociais prejudicados pela política econômica autoritária definiria duas evoluções políticas possíveis. Nos casos “bem-sucedidos”, reforça-se o apoio das elites tecnocráticas, ao preço do isolamento face aos estratos sociais atingidos; as políticas governamentais avançam no sentido antes definido e as chances de dissidências são mínimas. Tal processo só arrefece quando mesmo os critérios dos tecnocratas registram impossibilidade de manutenção do crescimento. Nessa altura,

porém, o sistema já está implantado e um novo tipo de “jogo político” se iniciou. Por sua vez, nos sistemas “mal-sucedidos” (incapazes de aplicar com eficácia a coerção), seguem-se conseqüências muito diversas. A busca das metas tecnocráticas desperta resistências sociais efetivas mas ao governo não resta alternativa senão reforçar as políticas tecnocráticas. Novas medidas desse teor aumentam a resistência e a repressão e torna-se inevitável que o pretorianismo de massa e a instabilidade política reapareçam no seio do autoritarismo. Tal processo tende a cindir a coalizão dominante em uma subcoalizão continuísta e uma subcoalizão que se abre a alianças externas. Se vitoriosa a alternativa continuísta, o processo é retomado nos mesmos termos até levar a novo impasse. No caso contrário, a possível volta ao sistema democrático significa o retorno às conhecidas condições do pretorianismo de massa.

O esquema acima remete explicitamente ao caso “bem-sucedido” da ditadura brasileira e ao “fracasso” do regime militar argentino de 66. Não é aqui o lugar, no entanto, para explorar mais detidamente essa hipótese de política comparada. O ponto a destacar é que aí as ditaduras militares argentina e brasileira parecem carecer de qualquer dinâmica especificamente *castrense*.

Não chega a surpreender que autores que conceituam os regimes militares de novo tipo como “autoritário-burocráticos” ou os definem como “sistemas de elites de poder” não enfatizem os processos militares na análise geral da dinâmica desses regimes. Menos evidente é a força do paradigma elitista burocrático em alguns dos principais estudos sobre o papel político das Forças Armadas no Brasil e na Argentina dos anos 60. Aqui, o caso mais significativo parece ser o do brasileiro Alfred Stepan, cujas perspectivas sobre a mudança de papéis dos militares em países de alta modernização foram, de resto, amplamente incorporadas por Guillermo O’Donnell (1986a).

Desde sua primeira publicação em 1971, *The military in politics - changing patterns in Brazil*, o livro que deu renome a Stepan, foi saudado como uma inegável superação das teses dominantes na Ciência Política americana sobre os militares dos países em modernização. Contrapondo-se a idéias até aí amplamente aceitas sobre as características de unidade e auto-isolamento da corporação militar, Stepan propôs voltar a investigação não para as características institucionais das Forças Armadas mas para a *interação* entre o “subsistema militar” e o sistema político mais amplo. Foi esse o quadro de sua discussão sobre a mudança do papel político dos militares em países como o Brasil. Parece natural, assim, que tanto os críticos como os adeptos das idéias de Stepan tenham se centrado em sua tese sobre o “padrão moderador” de relações entre “civis” e “militares”. Ao salientar esse aspecto, no entanto, deixaram para um segundo plano o tema que aqui nos interessa mais de perto: as conseqüências da proposta metodológica de Stepan para a análise do regime militar do pós-64 brasileiro.

Para avançar nesse sentido, partimos de uma primeira idéia que pode parecer provocativa: a hipótese do padrão moderador não é o aspecto mais original da obra de Stepan.⁸ Mas o objeto desta pesquisa parece nos conduzir menos ao modelo moderador que aos processos que estiveram na origem de sua ruptura e da implantação de um novo “padrão” ou “modelo” de relações entre “civis” e “militares”. Mais precisamente, estaria aí - na hipótese do surgimento de uma ideologia militar marcada pelo “novo profissionalismo” - não só a contribuição mais original de Stepan, como a chave para a compreensão dos limites de sua abordagem dos processos *castrenses* no Brasil pós-64. Para avançar nesse sentido, proponho efetuar uma leitura das proposições daquele autor que centre a atenção não apenas em suas teses explícitas mas no que elas ocultam.

Em *The military in politics*, Stepan dizia que o elemento central para a compreensão

do papel dos militares estava no exame de sua interação com as elites civis, ou, para usar seus próprios termos, na relação entre o subsistema militar e o sistema político global (54-55). As Forças Armadas constituiriam, em sua abordagem, “mais uma variável dependente que independente” (80). Ao construir o modelo moderador, Stepan procurava atribuir às elites civis um papel fundamental na configuração do comportamento militar, através de sua hipótese do papel da legitimidade civil no sucesso das intervenções das Forças Armadas (66). Nesse quadro geral, parece coerente com seu esquema de análise a idéia de que, embora não sejam “politicamente irrelevantes”, as características institucionais dos militares subordinam-se à interação com o mundo civil na definição do comportamento político das Forças Armadas (54-55). De tal modo, numa primeira leitura, a abordagem de Stepan não pode ser vista como “organizacional”. Não por acaso, ao examinar a literatura sobre os militares brasileiros, com base na classificação de abordagens “instrumentais” e “organizacionais”, alguns analistas associaram o modelo moderador ao primeiro campo: por sugerir “que o arbitramento dos conflitos entre as classes e grupos é desempenhado em consonância com o sentido das correntes predominantes da opinião pública” (COELHO, 1976: 19).

O enfoque deste trabalho contesta essa visão. Em minha hipótese, apesar de Stepan ter procurado distinguir seus estudos pela ênfase na interação civil-militar, na própria forma como ele concebe os dois padrões subsequentes de relações entre as elites paisanas e fardadas é possível entrever a crucialidade de uma noção particular da instituição castrense. Para explicar esse ponto, é preciso voltar à questão da “mudança de padrão” do comportamento militar. Como se sabe, o ponto de partida de Stepan foi a tese de Samuel Huntington sobre o modelo “profissional” de relações civis-militares (STEPAN, 1973a). O raciocínio de Stepan busca se apresentar como

um esforço de romper com aquele modelo basicamente em dois pontos. De início, a crítica ao modelo huntingtoniano do controle dos militares pelos civis através da profissionalização é parte importante da construção do modelo moderador e fundamenta a idéia de que nas sociedades pretorianas os militares são politizados e os civis concedem “legitimidade parcial” à participação militar na política (1974: 49 e segs.). Num momento seguinte, o modelo de Huntington passa a ser o ponto de referência para a construção do conceito de “novo profissionalismo” castrense. Vale dizer, a mudança na ideologia militar que estaria na raiz da erosão do padrão moderador e do surgimento de uma “nova atitude” militar face à política (1973: 50 e segs.).

A ênfase que Stepan coloca nessas divergências pode nos desviar do exame do substrato comum aos vários modelos analisados. Com efeito, o aspecto subjacente na definição dos padrões profissional, moderador e dirigente (ou de “novo profissionalismo”) é a concepção das Forças Armadas como uma elite burocrática, nos termos de uma análise sistêmica do aparelho militar. O modelo de Huntington parece dispensar maiores explicações a esse respeito.⁹ Quanto ao modelo moderador, não escapou a vários analistas que um de seus pontos mais frágeis era a atribuição aos militares de um papel secundário no sistema de relações com as elites civis, às quais sempre se atribui a iniciativa das ações.

A meu ver, no entanto, faltou a esses críticos perceber que na origem do papel “passivo” atribuído às Forças Armadas está a concepção “burocrática” da instituição militar. Este ponto se evidenciaria com mais nitidez na questão da mudança de padrões no comportamento militar. Aí, a análise de Stepan sobre a alteração da ideologia castrense e o surgimento do “novo profissionalismo militar” parece fundar-se numa hipervalorização dos efeitos da crise brasileira de 1961-64 sobre o comportamento dos militares. Aquela conjuntura crítica teria atuado em dois sentidos: por um

lado, dissolveu o quadro “liberal” em que as elites situavam o papel moderador das Forças Armadas; por outro, aguçou a sensação de insegurança institucional dos militares diante das ameaças à unidade militar. O resultado desses processos foi a mudança de atitude dos militares face à política. Tal esquema de análise parece reforçar o argumento central de minha crítica a Stepan. Ressalta aí uma subestimação evidente do quadro ideológico anterior das Forças Armadas brasileiras.¹⁰ Tudo se passa como se só então a corporação militar brasileira descobrisse as ideologias políticas. Assim, apesar de suas ressalvas ao modelo profissional de Huntington, a concepção de Stepan sobre as atitudes militares no padrão moderador parecem se fundar, no essencial, numa visão desses setores como uma elite “profissional” ou “burocrática”.

Com essas anotações creio ter exposto os elementos centrais de minha crítica. Tanto em Stepan como em O'Donnell, o que permanece é a definição basicamente “elitista burocrática” da categoria militar; o que se altera é a ideologia militar, com o ascenso da Doutrina de Segurança Nacional. A ênfase que recai na variante oculta a crucialidade da constante. Estabelecido esse ponto, podemos passar aos efeitos desse paradigma na análise da dinâmica militar do pós-golpe. Não passou despercebida a vários analistas a tendência do paradigma explicitamente “organizacional” a superestimar a homogeneidade militar e a deixar para um segundo plano as cisões no campo castrense, antes ou depois da tomada do poder. Em minha hipótese, a ênfase na homogeneidade militar é um dos efeitos mais visíveis do paradigma elitista burocrático.

A demonstração de meu argumento exigiria um exame mais aprofundado desse efeito tanto no período “moderador” quanto no pós-golpe. No primeiro caso, remeto às observações sobre a concepção dos militares como um grupo “profissional” e sobre a centralidade de tal noção na idéia stepaniana da cooptação unilateral dos militares pelos civis. Para os fins deste trabalho, parece mais

relevante concentrar a atenção nos efeitos do paradigma elitista-burocrático na análise da dinâmica militar do pós-golpe. O aspecto a salientar é a necessidade em que se vê esse modelo de encontrar uma *elite paradigmática* que corresponda ao tipo ideal que lhe é subjacente e atenda aos pressupostos de homogeneidade, racionalidade e previsibilidade associadas à elite burocrática militar. Estaria aí, a meu ver, o fundamento das análises que tomam o grupo da Escola Superior de Guerra (ESG) como sujeito do movimento golpista, para, a seguir, eleger a corrente “castelista” como elite paradigmática e agente central dos processos do pós-64.

O ponto relevante aqui parece ser que a busca de uma elite paradigmática conduziu esses autores a superestimar um conjunto de aspectos onde se incluíam o projeto, o discurso e a ideologia castrenses, em detrimento de uma série de outros processos vinculados às práticas, aos conflitos e às relações de força efetivas no seio das Forças Armadas. A meu ver, estaria aí o fundamento da correlata supervalorização do papel dos setores militares eleitos como paradigmáticos: no caso do Brasil, o grupo da Escola Superior de Guerra.¹¹ Nesse movimento, tais estudos tenderam a perder a complexa configuração do panorama das Forças Armadas durante o período militar e a especificidade das práticas das várias correntes políticas castrenses. Ao mesmo tempo, desprezaram o quadro de determinações estruturais configuradas na forma estatal ditatorial-militar. É precisamente a necessidade de recuperar esses aspectos ignorados pelos paradigmas dominantes que justifica a busca de uma análise alternativa da dinâmica político-militar do regime brasileiro do pós-64.

V. UMA HIPÓTESE ALTERNATIVA

Em termos bastante simples, a perspectiva aqui defendida enfatiza o aspecto *militar* das burocracias militares. Em contraposição às teses elitistas burocráticas

- cuja ênfase recai na homogeneidade burocrática - procuro trazer à luz as características de heterogeneidade, divisão e fluidez especificamente militares que caracterizam as práticas políticas castrenses. A hipótese da heterogeneidade militar só ganha sentido se complementada pela análise da particularidade dos traços propriamente castrenses que definem a atuação política dos militares. Entre outros aspectos, a análise dos primeiros governos militares no Brasil deveria revelar a relevância de características como: os princípios de cooptação e de verticalidade que presidem as promoções e as nomeações castrenses e a sua relação como a criação das redes de lealdade e formação de verdadeiras "clientelas" na caserna; a reformulação política das hipóteses bélicas elaboradas pelo Estado-Maior como fundamento do caráter contraditório e essencialmente negativo da opinião militar; a visão militar do inimigo estratégico como base da fluidez das divisões militares; a influência da concepção marcial do universo social sobre a ideologia militar e a preocupação castrense com a unanimidade e a unidade (ROUQUIÉ, 1978: 662-670). Na mesma linha, vários estudos empíricos demonstram a impossibilidade de compreender as práticas militares a partir simplesmente de seus traços burocráticos (PEIXOTO, 1991; VARAS, 1992).

No entanto, a incorporação dessas teses sobre o caráter específico das práticas políticas castrenses depende, na hipótese deste trabalho, do reexame da problemática da relação entre os processos de crise política e as formas estruturais de poder estatal. Em outros termos, afirmar a especificidade e autonomia castrenses não é suficiente: é necessário compreender que a atuação dos partidos militares assume significados diversos nas diferentes formas de Estado e de regime.

Para esclarecer esse ponto crucial, faz-se preciso voltar à questão da especificidade das formas de Estado de crise ou "de exceção", no modo como aparece na obra de Poulantzas (1978a). Encontram-se aí

algumas distinções básicas, que, embora num alto nível de abstração, apontam para processos fundamentais na análise das crises políticas das ditaduras. Examinemos, de início, a distinção poulantziana entre a forma fascista e as formas bonapartista e ditatoriais-militares do Estado de exceção. Para Poulantzas, a dominância do partido fascista, enquanto aparelho ideológico de Estado, possibilita ao Estado fascista dispor de um elemento estabilizador específico; as ditaduras bonapartistas e as militares, onde a dominância se desloca para um ramo do aparelho repressivo (respectivamente, a administração civil e as Forças Armadas) não dispõem desse elemento de estabilidade.

Em seguida, consideremos a contraposição proposta por Poulantzas entre o conjunto das formas de Estado "de exceção" e a forma democrática do Estado capitalista. Nessa hipótese, o que distingue as democracias parlamentares é sua capacidade de permitir a "representação orgânica" ou "circulação orgânica de hegemonia". Vale dizer, de usar "um esqueleto organizacional que permite o funcionamento e a circulação orgânica da hegemonia entre as frações do bloco no poder através de seus representantes políticos, e até mesmo certa ventilação regulamentada do poder no seio das classes e frações dominantes". Nas formas de crise, "tal situação se revela totalmente impossível" (1978: 72).

Essas duas distinções estruturais permitem avançar nossa hipótese central, apenas esboçada na primeira parte desse artigo: as crises políticas nas ditaduras militares detêm uma especificidade característica. Voltando a Poulantzas:

as crises políticas que marcam os estados de exceção são muito mais temidas por eles do que pelos regimes democrático-parlamentares, por disporem estes últimos, em geral, de meios institucionais para administrá-las (1978: 72).

Mas a instabilidade política característica das formas ditatoriais adquire especial significado no caso dos regimes

militares. Nesse caso, a incapacidade de articulação da hegemonia, comum às formas de crise, alia-se à ausência do partido fascista como elemento estabilizador e é acentuada pelo lugar das Forças Armadas, enquanto “aparelho dominante” nesses arranjos (1978:82). Esse novo papel do Exército distingue as ditaduras desse tipo das ditaduras fascistas. Nos termos de Poulantzas:

as contradições internas desses regimes se manifestaram *por excelência* dentro do aparelho militar (que, precisamente, *detém, além do mais, o poder das armas*) e não no partido e na burocracia, aparelhos dominantes dos regimes fascistas, o que contribui para tornar as contradições internas muito mais temíveis neles do que as contradições nos regimes fascistas (1978:82).

Neste ponto, porém, é preciso marcar uma distinção importante, que aponta justamente para a peculiaridade das ditaduras do tipo da brasileira. Ao analisar os casos recentes da Europa, Poulantzas afirma que a solução da crise de hegemonia que deu origem às ditaduras militares correspondeu a deslocamentos importantes nas relações de força sociais, processo que se realizou, no seio do Estado, pela via de uma profunda modificação de seus aparelhos. Assim,

é essencialmente para o Exército, ou mais precisamente para sua cúpula, que se desloca o papel dos partidos políticos da burguesia, *tornando-se esta cúpula o partido político de toda a burguesia sob a direção da fração hegemônica* (1978: 82).

Na análise das ditaduras de novo tipo da América Latina, essas anotações só podem ser consideradas com algumas ressalvas fundamentais. Nesses países, os militares não deixaram de constituir o *partido político* da burguesia, se pensamos em seu papel na manutenção da ordem burguesa e no fenômeno que alguns teóricos marxistas analisaram em termos do “substituísmo”. No entanto, o estudo do caso

brasileiro questiona frontalmente a possibilidade de interpretar as cisões intramilitares como expressão das divisões intraburguesas. Vale dizer, não me parece viável analisar os partidos militares do Brasil pós-64 enquanto expressão no mundo castrense das divisões sociais mais amplas, como o tentaram Poulantzas para o caso da Grécia, Espanha e Portugal, ou O’Donnell para o caso argentino. Nesse sentido, é impossível falar das correntes militares como *partidos políticos* da burguesia.

A explicação desse ponto permite avançar a hipótese central do presente texto. Com efeito, uma das características que ressalta do exame dos conflitos políticos na fase de consolidação do regime militar brasileiro é precisamente a crucial *unidade* das Forças Armadas, um vez expurgadas das correntes nacionalistas e populares. Essa unidade se constrói a partir de uma oposição unânime, tanto na oficialidade como na hierarquia, à devolução do poder aos civis. Tal característica remete a um traço peculiar das sociedades do tipo da brasileira. Aí, graças às características do processo de incorporação das massas populares à política, designado sob o termo genérico de “populismo”, foi possível o surgimento de uma ideologia militar fortemente calcada na repulsa à política civil, que passou a ser vista como equivalente à “demagogia populista” e associada à instabilidade social e aos riscos de ruptura da ordem.

Essa equação entre “política” e “populismo” iria se expressar, após a tomada do poder pelos militares brasileiros, numa particular impermeabilidade castrense às cisões advindas do “mundo civil”. Em outros termos, a estratégia preventiva de recusa a qualquer possibilidade de “volta ao passado” populista possibilitou um quadro de unidade militar que definiria, em seus termos mais amplos, a dinâmica política do regime pós-64. Tal dinâmica se configuraria em dois processos. Num primeiro plano, o processo unitário se expressaria no aprofundamento da militarização a cada momento em que o regime militar se vê ameaçado. Num

segundo plano, nos processos de cisão no seio das Forças Armadas, vale dizer, nas sucessivas crises político-militares. A crucial união constituída na oposição ao “mundo político” convive, assim, com a constante discórdia castrense. Trata-se, sinteticamente, de um processo de *unidade na desunião*. Em termos mais específicos, trata-se de dois processos relativamente separados: a desunião expressa de forma diversa na hierarquia (desunião em torno da sucessão presidencial) e na oficialidade (cizânia nos quartéis, relacionada à expectativa de influenciar diretamente o governo).

Retificadas as observações de Poulantzas e esclarecidas as minhas hipóteses, o conjunto destas anotações parece suficiente para introduzir o ponto que me parece essencial: as ditaduras militares de novo tipo, a despeito do mito de sua estabilidade, constituem não apenas formas estatais *de crise* porque oriundas de crises específicas,

mas também formas estatais *críticas*, marcadas por uma instabilidade específica. O entendimento dessa instabilidade remete ao estudo de sua dinâmica intramilitar. Enfim, é o exame dessa dinâmica que abre espaço para criticar o modelo hegemônico na análise dos conflitos intra-militares do Brasil pós-64. Aí, o mundo castrense é compreendido a partir de uma hipótese dicotômica e dualista que define o mundo militar na oposição entre dois campos fundamentais: um setor considerado “liberal”, “moderado” ou “legalista”, portador de orientações econômicas internacionalistas e uma ampla área onde estariam a “linha dura”, os “radicais” ou os “ultra”, portadores do nacionalismo militar. O choque entre esses campos definiria a dinâmica intramilitar do regime. A crítica a essa perspectiva, no entanto, foge aos limites do presente artigo.

João Roberto Martins Filho é doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP e autor de Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968 (Papirus, 1987).

NOTAS

¹ Este artigo constitui versão abreviada do primeiro capítulo de minha tese de doutorado *O Palácio e a Caserna: a Dinâmica Militar das Crises Políticas da Ditadura, 1964-1969*. A pesquisa contou com o apoio da Comissão Fulbright, do CNPq e da CAPES.

² Tal aproximação com as teses marxistas foi desconsiderada por comentadores de O'Donnell. Ao analisar sua obra, David Collier (1982: 31) registraria como uma simples “mudança de termo” a substituição do conceito de sistema político pelo de Estado.

³ A meu ver, *Poder político e classes sociais*, dispensava essa dualidade entre aparelhos “repressivos” e “ideológicos” de Estado. A distinção, que aparece no famoso debate Poulantzas x Miliband e em *Fascismo*

e ditadura, coloca alguns problemas que apenas apontarei aqui: se em *Poder político e classes sociais* a definição de Estado capitalista funda-se em sua dupla função específica de isolamento e representação da unidade por que a escola, os partidos de esquerda e a Igreja são aparelhos de Estado? Eles desempenham essa dupla função? De que forma eles o fazem?

⁴ Para ficar apenas em alguns exemplos, ver as anotações de Quartim (1971) sobre o papel do Exército como partido político da burguesia nas ditaduras militares e a análise da ausência nestas últimas do partido mobilizador de massas, em Borón (1977), ou Cardoso (1982).

⁵ Isso explica minha opção por não utilizar aqui o termo “Estado burocrático-auto-

ritário” (BA), que preponderou nas versões portuguesa e espanhola da obra desse autor. Com efeito, na própria expressão de O’Donnell, seu conceito esforçava-se por definir uma variante “burocrática” o tipo “autoritário” de sistemas políticos.

⁶ No mesmo sentido, Cardoso proporia entender aqueles arranjos em termos de uma dualidade contraditória, “pela criação de duas linhas decisórias, a político-administrativa-repressiva e a político-econômica”, sob a arbitragem do presidente militar (1975:209).

⁷ Aí no quadro da “teoria do jogos”, ele se propõe a tomar “a ação política como ação em uma situação (formada por temas de política públicas, tipo de sistema político e regras de competição, conjunto de jogadores), que precisa ser levada em conta pelos jogadores dispostos a atingir suas metas”. Em um texto bastante posterior, O’Donnell manteria tal abordagem como indispensável para “uma análise adequada da dinâmica, evolução e impactos” daqueles arranjos (1982: 41).

⁸ O próprio autor reconhece no prefácio de seu livro a dívida que contraiu com dois analistas brasileiros: Fernando Pedreira e Cândido Mendes. Com efeito, já em meados

dos anos 60, estes empregavam amplamente a idéia do padrão moderador. Basta lembrar aqui o texto do último desses autores publicado em 1966 em *Dados*, onde a candidatura Costa e Silva era vista como a maior evidência da “mudança de papel das Forças Armadas, de uma função moderadora e arbitral, para a assunção de uma responsabilidade ostensiva na decisão política nacional” (1966:16).

⁹ Refiro-me a ênfase nas características de exclusividade dos papéis, especialização militar, neutralidade ideológica e homogeneização pela profissionalização presentes no “padrão profissionalista”.

¹⁰ Cf., a esse respeito, as anotações de João Quartim (1985: 177 e segs.) sobre a substituição da “política no Exército” pela “política do Exército”, bem como sobre o lugar do antivarguismo na ideologia militar desde 1945.

¹¹ Ver, nesse sentido, a visão de O’Donnell (1988: 53 e segs.) sobre o governo de Onganía como um “governo militar desmilitarizado” e sua ênfase no papel da corrente “paternalista” como paradigma argentino da profissionalização militar.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. (1988). *A rebeldia do trabalho*. Campinas/São Paulo, Unicamp-Ensaio.

BACCHUS, Wilfred. (1990). *Mission in Mufti: Brazil’s military regimes, 1964-1985*. New York, Greenwood Press.

BORÓN, Atilio. (1977). “El fascismo como categoria histórica: en torno al problema de las dictaduras en América Latina”. *Revista*

Mexicana de Sociologia, México, XXXIX (2): 481-528, abril-jun.

CAMPOS COELHO, Edmundo. (1976). *Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. São Paulo, Forense-Universitária.

CARDOSO, Fernando H. (1975a). “Estado e sociedade no Brasil”. In: *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

- CARDOSO, Fernando H. (1975b). "A questão do Estado no Brasil". In: *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CARDOSO, Fernando H. (1979). *O modelo político brasileiro*. São Paulo, Difel.
- CARDOSO, Fernando H. (1982). "Da caracterização dos regimes autoritários na América Latina". In: D. COLLIER (org.). *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CARDOSO, Fernando H. (1984). "A democracia na América Latina", *Novos Estudos*, São Paulo, 10: 45-56, out.
- CARVALHO, José M. de. (1983). "Forças Armadas e política, 1930-1945". In VÁRIOS AUTORES, *A revolução de 30 - seminário internacional*. Brasília, UNB.
- COLLIER, David. (1982a). "Resumo do modelo autoritário democrático". In: D. COLLIER, *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- FIECHTER, Georges-André. (1975). *Brazil since 1964: modernization under a military regime*. New York/Toronto, John Wiley & Sons.
- GUIMARÃES, César. (1988). "Domínio burguês incompleto: a teoria do autoritarismo em Marx". In: N. V. de CARVALHO (org.), *Trilogia do Terror*. São Paulo, Vértice.
- HUNTINGTON, Samuel. (1968). *Political Order in Changing Societies*. New York/London, Yale University Press.
- JAGUARIBE, Hélio. (1968). "Brasil: estabilidad social por el colonial-fascismo?". In: C. FURTADO et alii, *Brasil Hoy*. México, Siglo Veintiuno.
- LINZ, Juan. (1970). "An Authoritarian Regime: Spain". In: E. ALLARDT e S. ROKKAN (orgs.), *Mass Politics*. New York, Free Press.
- LINZ, Juan. (1973). "The Future of an Authoritarian Situation or the Institutionalization of an Authoritarian Regime: the Case of Brazil". In: A. STEPAN, *Authoritarian Brazil*. New Haven, Yale University Press.
- LINZ, Juan. (1978). *Crisis, Breakdown and Reequilibration*. Baltimore/London, Johns Hopkins University Press.
- MENDES, Cândido. (1966). "Sistemas políticos e modelos de poder no Brasil". *Dados*, Rio de Janeiro, I (1): 7-41.
- MENDES, Cândido. (1967). "O governo Castelo Branco: paradigma e prognose". *Dados*, Rio de Janeiro, I (2/3): 63-111.
- O'DONNELL, Guillermo. (1973). *Modernization and Bureaucratic-Authoritarianism - Studies in South American Politics*. Berkeley, Institute of International Studies -University of California.
- O'DONNELL, Guillermo. (1977). "Corporatism and the Question of the State". In: J. MALLOY (org.), *Authoritarianism and Corporatism in Latin America*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press.
- O'DONNELL, Guillermo. (1980). "Desenvolvimento político ou mudança política?". In: Paulo Sérgio Pinheiro (org.) *O Estado autoritário e movimentos populares*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- O'DONNELL, Guillermo. (1982). "Reply to Remmer and Merx". In: *Latin American Research Review*, XVII (2):41-50.
- O'DONNELL, Guillermo. (1986a). "Modernization and Military Coups: Theory, Comparisons and the Argentine Case". In: A. LOWENTHAL e S. FITCH (orgs.), *Armies and Politics in Latin America*. Re-

vised ed. New York, Holmes & Meies.

O'DONNELL, Guillermo. (1986b). "Tensões no estado burocrático-autoritário e a questão da democracia". In: *Contrapontos: autoritarismo e democratização*. São Paulo, Vértice.

O'DONNELL, Guillermo. (1987). *Reflexões sobre os estados burocráticos-autoritários*. São Paulo, Vértice.

O'DONNELL, Guillermo. (1988). *Bureaucratic-Authoritarianism -Argentina, 1966-73 in Comparative Perspective*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. (1978). *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-69)*. 2a. ed. Petrópolis, Vozes.

PEIXOTO, Antônio C. (1991). "O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964)". In: A. ROUQUIÉ (org.) *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro, Record.

POULANTZAS, Nicos. (1977). *Poder político e classes sociais*. São Paulo, Martins Fontes.

POULANTZAS, Nicos. (1978). *A crise das ditaduras: Espanha, Portugal, Grécia*. 2a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

POULANTZAS, Nicos. (1978a). *Fascismo e ditadura*. São Paulo, Martins Fontes.

POULANTZAS, Nicos e MILIBAND, Ralph. (1982). "O problema do Estado burguês". In: R. BLACKBURN (org.), *Ideologia na Ciência Social*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

QUARTIM, João. (1985). "Alfred Stepan e o mito do poder moderador". *Filosofia Política*. Porto Alegre/Campinas, 2: 163-199.

REMMER, Karen e MERKX, Gilbert. (1982). "Bureaucratic-Authoritarianism Revisited", *Latin American Research Review* XVII (2): 3-40.

ROUQUIÉ, Alain. (1978). *Pouvoir militaire et société politique en République Argentine*. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques.

ROUQUIÉ, Alain. (1984). *O Estado militar na América Latina*. São Paulo, Alfa-Omega.

ROUQUIÉ, Alain. (1991). "Os processos políticos nos partidos militares do Brasil". In: A. ROUQUIÉ (org.) *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro, Record.

SAES, Décio. (1982). "O conceito de Estado burguês: direito, burocratismo e representação popular". *Cadernos IFCH-Unicamp*, Campinas, 1, dez.

SAES, Décio. (1987). *Democracia*. São Paulo, Ática.

SCHMITTER, Phillippe. (1973). "The Portugalization of Brazil?". In: A. STEPAN, *Authoritarian Brazil*. New Haven, Yale University Press.

SCHMITTER, Phillippe. (1974). "Still the Century of Corporatism?". *The Review of Politics* 36 (1): 85-131, jan.

SERRA, José. (1982). "As desventuras do economicismo: três teses equivocadas sobre a conexão entre o autoritarismo e desenvolvimento". In: D. COLLIER (org.) *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

SKIDMORE, Thomas. (1988). *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

STEPAN, Alfred. (1973). *Authoritarian Brazil*. New Haven, Yale University Press.

STEPAN, Alfred. (1973a). "The New Professionalism of Internal Warfare and Military Role Expansion". In: *Authoritarian Brazil - Origins, Policies and Future*. New Haven, Yale University Press.

STEPAN, Alfred. (1974). *The military in politics - changing patterns in Brazil*. Princeton, Princeton University Press.

VARAS, Augusto. (1982). "Fuerzas Armadas y gobierno militar: corporativización y politización castrense". *Revista Mexicana de Sociología*, Mexico, XLIV (2): 397-411, abr.-jun.

VELASCO E CRUZ, Sebastião e Carlos E. Martins. (1984). "De Castelo a Figueiredo: uma incursão na pré-história da abertura". In: B. SORJ e M.H.T de Almeida (orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense.

WERNECK Sodré, Nelson. (1979). *A história militar do Brasil*. 3a ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

ZIRKER, Daniel. (1986). "Civilianization and authoritarian nationalism in Brazil: ideological opposition within a military dictatorship". *Journal of Political and Military Sociology*, 14: 263-274, Fall.